



000173

**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE PROPRIA**

TERMO DE CONTRATO 017/2021 - FMS

Contrato que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Propriá/SE, e a **EMPRESA R. S. SILVA CONSULTORIA E REGULACÃO DE SAÚDE E GESTÃO - ME**, que tem como objeto a prestação de serviços, fundamentado no Pregão Eletrônico nº 05/2021.

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Propriá, sediado à Rua Elmiro Costa, s/n, Bairro Fernandes, Propriá/Se, CNPJ Nº. 11.478.938/0001-38, representado neste ato por sua Secretária Municipal, o Senhora **Mara Rubia do Nascimento Melo**, brasileira, maior, capaz, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **R. S. SILVA CONSULTORIA E REGULACÃO DE SAÚDE E GESTÃO - ME**, estabelecida à Rua José Coelho, Nº 116, Centro, Penedo/AL, CEP. Nº 57.200-000, CNPJ. Nº 34.180.555/0001-84, de agora em diante denominada **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº. 63/2020, e no que couber o Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico Nº. 05/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato tem por objeto a Constitui objeto desta licitação a contratação de pessoa jurídica para assessoria na Gestão em Saúde, suporte na Gestão do SUS, Atenção Básica e Sistemas Operacionais, auxiliando no gerenciamento financeiro do SUS, nova pactuação de Financiamento da Saúde, implantação dos serviços de Regulação na Saúde, auxílio nos Programas do Ministério da Saúde, com vistas a melhoria e facilitação às ferramentas de trabalho do Departamento Municipal de Saúde ao atendimento do usuário, constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2021 e seus anexos, e proposta da Contratada, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº. 8.666/93, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).

O contrato será por forma de Execução Indireta.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

O Contratante pagará á Contratada pela execução do objeto do presente Contrato um valor global estimado de R\$ 29.820,00 (vinte e nove mil oitocentos e vinte reais), que será efetuado em parcelas mensais no valor de R\$ 2.485,00 (dois mil quatrocentos e oitenta e cinco reais).



000174

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE PROPRIA

§1º - Pela execução dos serviços, objeto da presente licitação, a **CONTRATANTE** efetuará à **CONTRATADA** o pagamento, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, do mês subsequente ao da prestação dos serviços efetivamente executados, contados da data da aprovação pela Fiscalização e pelo Setor competente da Administração, mediante apresentação da Nota Fiscal.

§2º - O pagamento será efetivado em conta bancária da **CONTRATADA**, sendo efetuadas as retenções de tributos e contribuições defesos em lei sobre o pagamento a ser apresentado/solicitado pela **CONTRATADA**, conforme determina a norma aplicável, observados os valores adjudicados, por ocasião da licitação.

§3º - Caso a **CONTRATADA**, por qualquer motivo, der causa à retenção da Nota Fiscal Eletrônica, causando atraso e impedindo a conclusão do processo de pagamento, tal ocorrência ensejará direito à **CONTRATANTE** em prorrogar o prazo de pagamento em igual número de dias.

§4º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - **Não haverá reajuste de preços durante o período contratado.**

§6º - Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

§7º - Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a **CONTRATADA** apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, o Contrato será rescindido unilateralmente pelo **CONTRATANTE**, ficando assegurado à **CONTRATADA**, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos serviços efetivamente prestados e atestados.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos previstos no artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93

DEVERES DA CONTRATADA:

- I. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições fixadas no Anexo I (Termo de Referência);
- II. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- III. Reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- IV. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PROPRIÁ (equipamentos, instalações, etc.), desde que comprovada sua responsabilidade;
- V. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- VI. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- VII. Fornecer, em qualquer época, os esclarecimentos e informações técnicas que venham a ser solicitado pelo **CONTRATANTE** sobre os serviços prestados;



000175

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE PROPRIA

- a) prestar e disponibilizar os serviços a CONTRATANTE de acordo com as normas contratadas e em observância a legislação vigente;
- b) os serviços serão executados por profissionais técnicos in loco conforme a necessidade do município e a complexidade dos programas designados pela CONTRATADA;
- c) prestar, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os serviços necessários a correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos serviços, sempre que a ela imputável;
- d) responder pelos serviços que executar, na forma da legislação aplicável;
- e) a CONTRATADA ficará à disposição diariamente, de segunda à sexta-feira, para suporte e assessoria online, através de e-mails, Whatsapp e, ou, telefone, bem como, para a emissão de pareceres técnicos;
- f) fornecerá relatório descritivo das atividades realizadas;
- g) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n.º 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento do FMS, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

U.O: 28035 – Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE: 2105 – Manutenções da Secretaria Municipal de Saúde
ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39.00 – Outros Serviços Terceiros-Pessoa Jurídica
FR: 1211

U.O: 28035 – Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE: 2039 – PAB FIXO
ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros-Pessoa Jurídica
FR: 1214

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93).

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

- I** - advertência;
- II** - multa de 1% (um por cento) por dia, até o máximo de 30% (trinta por cento), sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;
- III** - multa de 20% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;
- IV** - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE PROPRIA**

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos do Pregão Eletrônico nº 05/2021 que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que o originou;
- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. 8.666/93.



000177

**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE PROPRIA**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
(Art. 67, Lei nº 8.666/93).

Na forma do que dispõe o artigo 67 da lei nº 8666/93 ficará designado servidor, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do contrato com as normas específicas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§2º - A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 73, Lei nº 8.666/93)

O objeto deste Contrato será recebido de acordo com o disposto art. 73, II, *a e b* da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO (Art. 55, §2º, Lei nº. 8.666/93)

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Propriá, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Propriá/SE, 22 de julho de 2021.

Mara Rubia do Nascimento Melo
Secretária Municipal de Saúde
CONTRATANTE

R. S. SILVA CONSULTORIA E REGULAÇÃO DE SAÚDE E GESTÃO - ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

I -

CPF: 036.420.695-09

II -

CPF: 021.942.245-13